

✓ 301.4 (679.9)

Ext. R. 20



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL  
Curso de Engenharia Agronómica com Orientação em Extensão Rural

Ext. R. 20

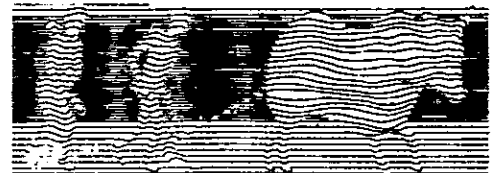
Trabalho de Licenciatura

18881

# ANÁLISE DO EMPOWERMENT DAS COMUNIDADES DE MACHANGULO NO PROJECTO CCGRN DE HELVETAS

Supervisor  
Bart Pijnenburg  
Secção de Economia Agrária e Extensão

António Raúl Limbau  
Maputo, Julho 1999



### **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus tios Enoque António Malendza e Felicidade António Cau, aos meus Pais Raúl Valente Limbau e Glória Malendza , aos titios Arone , Henriques, Enoque e a toda família.

## Agradecimentos

O autor agradece a todos aqueles que directã ou indirectamente deram o seu contributo na realizaçã deste trabalho.

Agradecimento especial ao Eng<sup>o</sup> Bartolomeu Pijnenburg supervisor do trabalho cujos comentários, críticas, sugestões, seus conhecimentos tornaram possível idealizar o presente trabalho.

Agradecimentos a Helvetas em particular aos senhores Luís Dinís, Geraldo Palalane e Mateus Muthemba que a todo momento deram grandemente seu contributo.

Agradecimentos a todos os docentes da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal e aos colegas Teodósio, Luís, Massingarela, Licinia, Zano, Chambo, Alage, Bombe e outros.

Agradecimentos.....	i
Dedicatória.....	ii
<i>Resumo</i> .....	<i>iii</i>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 Objectivos do estudo.....	1
1.2 Justificativa.....	2
1.3 Descrição da área.....	2
1.4 Recursos Naturais.....	3
1.5 Actividades económicas.....	4
1.6 Estrutura da tese.....	4
<b>2. MÉTODOS DE PESQUISA</b> .....	<b>5</b>
<b>3. CONCEITOS</b> .....	<b>6</b>
3.2 Tipos e modos de participação.....	6
3.3. EMPOWERMENT.....	8
3.4. PRA.....	9
<b>4. projectoCCGN</b> .....	<b>10</b>
4.1 Historial de Helvetas.....	10
4.2. Descrição do projecto.....	11
4.3 Objectivos do projecto.....	11
4.4 Actividades do projecto.....	13
4.4.1 PRA de Santa - Maria.....	13
4.4.2. SEMINÁRIO.....	14
<b>5. OPINIÃO DA POPULAÇÃO</b> .....	<b>17</b>
5.1 Resumo das opiniões.....	22
<b>6. DISCUSSÃO</b> .....	<b>24</b>
6.1 TIPO DE PARTICIPAÇÃO.....	24
6.2 MONITORIA E AVALIAÇÃO.....	25
6.3 INFLUÊNCIA DE INTERVENÇÕES ANTERIORES NA ACTUAÇÃO DO PROJECTO.....	26
<b>7. CONCLUSÕES:</b> .....	<b>27</b>
<b>RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>28</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>29</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>31</b>

## Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa feita sobre o empowerment das comunidades de Machangulo, distrito de Matutuine. A finalidade é dar contribuição ao projecto que actua nestas comunidades, ainda na fase inicial, propostas de melhoramento das acções do projecto nos aspectos de eficiência e eficácia no processo de desenvolvimento participativo.

A análise permitiu concluir que as comunidades de Machangulo ainda não estão bem envolvidas no projecto. A participação, no que se refere ao envolvimento do grupo alvo, varia dos tipos consultivo e colaborativo. Nesta fase inicial, o beneficiário ainda não é responsável pelo processo de desenvolvimento.

As comunidades não se envolvem activamente nas actividades do projecto. Segundo entrevistados, o egoísmo dos delegados que não difundem informação, na sua maioria dos entrevistados representantes tradicionais e do governo; a falta de coordenação entre os dois poderes (tradicional e oficial); a falta de conhecimento de programas, cronologia das actividades do projecto, a falta de experiência da comunidade em desenvolvimento participativo, o tipo de participação que o projecto usa- consultiva-, influem no envolvimento da comunidade nas actividades desenvolvidas pelo projecto.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, como complemento dos outros métodos mais quantitativos, é bastante popular em Moçambique o uso do PRA( Participatory Rural Appraisal) por algumas ONG's e instituições Governamentais.

A actuação de um projecto, numa dada comunidade ou área da intervenção pode ocorrer com sucesso se, de certa forma, o envolvimento das comunidades locais for participativo, significa um processo de aprendizagem constante que é dinâmico e adaptado a realidade. Pressupõe-se um processo de descoberta, discussão, análise e definição das prioridades de resolução dos problemas pelo grupo alvo. A liberdade que as comunidades têm para dialogar depende da interacção entre a comunidade e o projecto.

Actualmente, como resultado da guerra que assolou o País cerca de vinte anos, as comunidades não apresentam uma organização forte, capaz de servir de base para os projectos formar grupos de trabalho, garantindo a participação activa e como consequência, possível, desenvolvimento sustentável das comunidades.

No geral, os projectos participativos envolvem a comunidade na formação de grupos com vista a desenvolver as capacidades dos seus membros através do diálogo descobrir , definirem as prioridades de resolução dos seus próprios problemas e participarem na implementação do projecto. Por ter participado, usando PRA, num levantamento piloto no distrito de Matutuine e, o enfoque que o PRA tem nos últimos tempos, o autor pretende neste trabalho descrever e analisar a intervenção de Helvetas no projecto de CAPACITAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS E GESTÃO DOS RECURSOS COM BASE NA COMUNIDADE.

### 1.1 Objectivos do estudo

O objectivo geral é analisar como a intervenção de Helvetas em Machangulo contribui a um empowerment das comunidades locais.

Os objectivos específicos são;

- Descrever a opinião da comunidade sobre a intervenção.
- Descrever as relações entre os diferentes actores do projecto.

### 1.2 Justificativa

No geral, os projectos de desenvolvimento em diferentes áreas de intervenção usam diferentes métodos participativos segundo a interpretação que o projecto atribui ao método. Deste modo a interpretação e operacionalização, feita pelo projecto, do conceito pode ser ou não adequada à realidade local em aspectos como: Características do grupo alvo e, o tipo de intervenção que o projecto pretende fazer.

O PRA possibilita um envolvimento da comunidade com finalidade de mudar a sua atitude assim como desenvolver habilidades para resolução dos seus próprios problemas. É uma abordagem com sucesso nos últimos anos (Chambers, 1992 ; Pretty, 1994) entretanto, algumas precauções devem ser tomadas em consideração (Cornwall and Guijt, 1995):

- Os beneficiários limitam-se a apresentar lista de preocupações e esperar uma solução externa.
- Ênfase na extensão informativa, extensão baseada na transferência de informação e considera o beneficiário como elemento receptor de informação.
- Programas conduzidos por agentes externos á comunidade.

O conhecimento das relações entre actores do projecto, algumas precauções sobre a abordagem, e interpretações do conceito participação segundo diferentes actores servirá de base de análise. Uma pergunta chave é se a intervenção de Helvetas contribui para um empowerment das comunidades de Machangulo.

### 1.3 Descrição da área

A área de actuação do projecto é de cerca de 245.000 ha, com uma população de cerca de 15.000 habitantes distribuídos em 18 comunidades, incluindo a península de Machangulo, onde se encontram 4 das 18 comunidades.

O projecto beneficia estas 18 comunidades residindo numa parte do distrito de Matutine, que é

limitado a Ocidente pelo Rio Maputo, Oriente pelo Oceano Indico, a Sul pelo pela República da África do Sul e, a Norte a baía de Maputo incluindo a península de Machangulo (vide anexo 6).

A área de estudo compreende a parte norte do distrito - Posto administrativo de Machangulo-que dista cerca de 93 km da sede do distrito, Bela - Vista, com superfície de 408 quilómetros quadrados e habitado por 997 famílias que corresponde um total de 3200 habitantes (sede do posto administrativo, Janeiro de 1999), o número de habitantes flutua ao longo do ano devido principalmente as migrações para República da África do Sul. Machangulo compreende 4 círculos : Santa - Maria, Ngomene, Mbuluco e Ndelane onde Santa -Maria é a sede do posto.

Existe em Machangulo 4 escolas, uma em cada círculo, leccionando até 5ª classe. A rede comercial é constituída por 3 barracas, duas lojas uma em Santa- Maria e uma loja em Ndelane.

Neste posto administrativo existe apenas um posto de saúde que está em Ndelane o que dista cerca de 18 km da sede do posto administrativo. As comunidades podem também recorrer ao posto de saúde de Inhaca.

Existe quatro privados, turistas; a empresa Manica, o Sr. Carlos Fernandes, "Reserva de Natureza", em Nhonguane (Santa Maria) e Francisco Teodoro em Ndelane, não trazendo benefícios à comunidade se não a Manica que tem ajudado em medicamentos grátis.

#### 1.4 Recursos Naturais

Machangulo faz parte da área coberta pelo projecto, a única área identificada em Moçambique das 240 zonas designadas pela "Cimeira da terra" no Rio de Janeiro, 1992, como centros de biodiversidade. É uma zona com diversos recursos naturais como terra, florestais e recursos hídricos. A terra constitui a base de sustento para a população pois nela praticam a agricultura para a sua sobrevivência, construções habitacionais e outros empreendimentos.

Os solos são descritos como tendo grande quantidade de areia, pobres para o propósito agrícola e, com insuficiência de matéria orgânica e baixa capacidade de retenção de água. As populações locais classificam os solos da região em:



-Nhaca: Areia branca, solos com predominância nas dunas.

-Hlanga, Tshozuene, N'tsele: Nomes para designar areia escura com teor elevado de matéria orgânica que é um solo de terras baixas.

-Mutshuine: Areia escura, estes solos encontram-se em florestas recentemente abertas e apresentam uma produtividade elevada nos primeiros anos.

Em termos de recursos florestais, Machangulo tem vegetação diversificada, dentre os quais se salienta os mangais, floresta típica de dunas, floresta aberta nas zonas agrícolas, e mata densa nas zonas residenciais. Da floresta a população retira os frutos silvestres para alimentação, cortam a lenha e estacas para construções. As matas a volta das casas fazem com que nem sempre percorram grandes distâncias a procura dos produtos florestais. É da floresta onde a comunidade colhe plantas medicinais.

A zona contém lagos e lagoas dentre as quais os Lagos Buti e Uani. A pesca é efectuada nestes lagos, nas águas da Baía de Maputo e Oceano Índico. Os principais pescados são várias espécies de peixe, amêijoas, caranguejo, lulas, camarão, entre outras (Helvetas e FAEF, 1998).

### **1.5 Actividades económicas**

Em Machangulo, as principais actividades económicas são: Agricultura de subsistência (em Ndelane), a pesca (em Santa-Maria), pecuária (patos, galinhas, cabritos), curandeirismo (medicina tradicional), corte de caniço, artesanato e comércio (Helvetas e FAEF, 1998)

### **1.6 Estrutura da tese**

A tese consta de 3 partes divididas em 8 capítulos em que a primeira parte fala dos objectivos, metodologias e conceitos usados no trabalho. A seguir vem uma descrição do projecto e as actividades por este desenvolvidas na zona. A última parte é constituída pela opinião da população sobre o projecto, citações em resposta as questões de estudo (vide anexo 2), discussões terminando pelas conclusões e recomendações.

## 2. MÉTODOS DE PESQUISA

A recolha de dados compreendeu três fases. A primeira fase foi do levantamento piloto feito em Janeiro de 1998 que, usando abordagem PRA e no âmbito das AJA's em colaboração entre a FAEF e Helvetas, fez-se o levantamento dos problemas e definição de prioridades junto as comunidades de Santa Maria. A técnica principal usada foi entrevista semi - estruturada com informantes chaves, membros de agregados familiares nas diferentes células do círculo de Santa - Maria

As observações, conversas informais com a população, diagramas de venn, teatro, jogo de nó, reuniões com a comunidade, foram complemento das entrevistas. Nesta fase foram realizadas duas reuniões, a primeira que serviu de pedido de autorização do projecto para trabalhar no posto administrativo em que a comunidade foi esclarecida os princípios de trabalho de Helvetas e fez-se a apresentação de alguns artigos da nova lei de terra; a segunda foi realizada no último dia de levantamento piloto, nesta foi apresentado o resumo do trabalho realizado na zona.

Segui-se depois a fase de elaboração da proposta de pesquisa usando consulta de dados secundários, aqui definiu-se claramente os objectivos de estudo de acordo com o problema identificado, foi a fase de familiarização do autor com o tema e, da definição do quadro teórico para análise de dados.

A segunda fase realizou-se entre 29 e 30 de Julho de 1998. Compreendeu a assistência ao seminário em Ndelane em que participaram representantes de todas as comunidades do posto administrativo ( Ndelane, Mbuluco, Ngomene e Santa - Maria).

A última fase realizou-se de 17 á 22 de Março de 1999, consistiu na recolha de informações sobre o decorrer das actividades do projecto junto as comunidades em que foram feitas 21 entrevistas semi-estruturadas, dos entrevistados 10 foram mulheres. Para tal, usou-se o guião previamente elaborado pelo autor. A amostra foi aleatória, foram entrevistadas camponeses (11), Pescadores (3) comerciantes(2), chefes tradicionais (2), estruturas administrativas(3).

A análise de dados constitui a parte final do trabalho. Transcreveu-se todas as entrevistas e agrupou-se as respostas por assunto/ questão de estudo. Baseou-se na confrontação dos dados com os modelos teóricos de Pretty e Biggs.

Na realização do trabalho foram identificados constrangimentos como são as distâncias maiores entre as comunidades, falta de transporte, falta de dados secundários de estudos feitos sobre envolvimento das comunidades locais em Moçambique. Não foi possível fazer entrevistas nas 4 comunidades do posto administrativo.

### 3. CONCEITOS

Este capítulo trata de conceitos usados no trabalho como instrumentos teóricos que serviram de base para análise dos dados.

#### 3.1 Comunidade Local

*Agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (segundo disposições gerais da nova lei de terras, 1997)*

#### 3.2 Tipos e modos de participação

A participação tem sido usada em vários sentidos. Nhantumbo e Pijnenburg (1998) constata 4 interpretações do conceito de "participação" em Moçambique.

1. Participação que permite melhor conhecimento da realidade através do contacto directo com a população.
2. Participação que permite melhor planificação no sentido de melhorar a eficiência e garantir a sustentabilidade: evita que os planos sejam feitos para a população de uma forma paternalista, garante que os planos sejam relevantes para a comunidade.
- 3 Participação que cria um sentido de posse de decisão e responsabilidade na implementação; a população escolhe e determina as prioridades, portanto as decisões são assumidas pela população pois são suas e se compromete a implementá-las.
4. Participação permite a capacitação da população na resolução dos seus próprios problemas. Assim pelo processo de participação, a população ganha habilidades p. e. de dialogar, reflectir

de la 3ª parte

sobre os problemas e possíveis soluções e para tomar conta do seu destino.

Neste contexto diferentes autores interpretam e classificam a participação de formas variadas. Biggs (1989) diferencia 4 modos de participação dos agricultores na investigação agrícola em :

**Participação contratual** - Investigadores contratam camponeses para providenciar terra ou serviços.

**Participação consultiva** - Investigadores consultam os camponeses sobre os seus próprios problemas e depois desenvolvem soluções.

**Participação colaborativa** - Investigadores e camponeses colaboram como sócios no processo de investigação.

**Participação colegial** - Investigadores trabalham para o fortalecimento das capacidades dos camponeses.

Pretty (1994) diferencia a participação em 7 tipos de acordo com o envolvimento do grupo alvo nas acções do projecto.

**Participação passiva** - Este tipo de participação é unilateral, o pesquisador limita-se a dizer a comunidade o que se pretende fazer ou está acontecendo sob administração do projecto.

**Participação informativa** - A população limita-se a responder questões colocadas pelas equipas de pesquisa e não tem oportunidade de expressar suas ideias.

**Participação consultiva** - A população participa sendo consultada, assim as pessoas externas da comunidade alistem os aspectos importantes definem o problema e a solução. Neste tipo de participação a comunidade não tem a possibilidade de tomar decisão.

**Participação por incentivo materiais**- A população participa porque quer recursos materiais. Muitas das investigações on-farm caem nesta categoria, os camponeses providenciam campos mas não são envolvidos no processo de experimentação e aprendizagem.

**Participação funcional** - A população participa na formação dos grupos para alcançar objectivos pré - determinados pelo projecto o qual pode envolver a organização social externamente iniciada. A população não é envolvida no processo de planeamento, a maior parte das decisões são tomadas pelo projecto.

**Participação interactiva**- A população participa na análise que conduz a planos de acção e na formação de novas instituições locais ou no fortalecimento das já existentes. Tende a ser multidisciplinar criando perspectivas múltiplas e faz o uso de aprendizagem sistemática e

estruturada.

**Auto-mobilização** - A população participa na tomada de iniciativas independentemente das instituições externas para mudanças sistemáticas. A população desenvolve contactos com instituições externas para obter conselhos sobre técnicas que necessitam mas, mantem controlo sobre como os recursos são usados.

Outros autores como Okali et al (1994) e Nelson & Wrigh (1995) retratam este conceito diferenciando em :

**Participação como meio** - o objectivo é de envolver os beneficiários para alcançar os propósitos do projecto mais eficientemente e a baixo custo.

**Participação como fim** - aqui se estabelece um processo próprio de desenvolvimento tendo como objectivo levar o grupo alvo a decidir sobre as suas próprias prioridades. O grupo alvo é responsável pelo processo e controla o seu próprio desenvolvimento.

### 3.3. EMPOWERMENT

Duas palavras chaves são consideradas na estratégia de participação: "Stakeholder" (portador de interesse comum) e, "Transformative" (transformativo) que derivam de teorias de como a sociedade está organizada e como pode ser modificada de modo a garantir a auto - gestão (Nelson and Wright 1997). Estes definem poder como descrição de uma relação, não uma "coisa" a qual as pessoas têm. Como ponto de partida para o beneficiário ganhar o *empowerment* é a identificação dos pontos débeis no sistema ,pontos fracos que quando ultrapassados criam um efeito mais significativo em relação aos outros para o beneficiário ( Nelson and Wright, 1997).

Para o desenvolvimento rural a mais segura e melhor maneira de avançar é através de pequenos passos e empurrões fazendo dos últimos primeiros (grupo alvo) e não de uma só vez (Chambers,1995, pág. 226).

Os intervenientes de fora devem procurar aprender dos pobres rurais e evitar soluções paternalistas, o que pode levar a condições piores dos beneficiários do que aquelas em que os beneficiários

encontravam-se antes (Chambers, 1995)

Para o presente estudo o autor definiu *empowerment* como o nível alcançado pelo grupo alvo (comunidade) em que ganha relações fortes de poder de decisão sobre os recursos, toma iniciativa própria no processo de desenvolvimento local e há deslocamento do poder de decisão, a comunidade é auto-gestora.

### 3.4. PRA

O Rapid Rural Appraisal (RRA), e Participatory Rural Appraisal (PRA) são abordagens participativas que foram desenvolvidas a partir de 1985 (RRA) como perspectiva de recolha de informação.

Na abordagem PRA há mais ênfase na acção do grupo alvo em relação ao RRA. O PRA é considerado como fusão de princípios de participação, pesquisa acção, e diagnóstico rápido rural (RRA) (Chambers, 1992).

O PRA foi desenvolvido durante os anos 90 numa tentativa de envolvimento das comunidades locais. Este método pode ser considerado como alargamento de RRA, sendo de participação mais profunda com a comunidade participando na análise dos resultados do planeamento. O PRA é uma técnica de abordagem participativa que pode ser usada numa ou mais etapas do projecto ou ainda ao longo de todo o ciclo do projecto.

## 4. PROJECTO DE CAPACITAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS COM BASE NA COMUNIDADE (CCGRN)

### 4.1. Historial de Helvetas

Helvetas foi fundado em 1955 como primeira organização privada de cooperação ao desenvolvimento na Suíça. Actualmente trabalha em cerca de 20 países espalhados pela África, Ásia e América Latina. Começou a trabalhar em Moçambique em 1979 em Cabo Delgado no âmbito do programa de emergência e, na zona Sul em 1984 no distrito de Boane, quando o ciclone

Demoína causou sérios danos em várias aldeias do vale de Umbeluzi. No quadro deste programa as populações foram apoiadas na reconstrução das suas aldeias, escolas e sistemas de abastecimento de água.

Em 1987 transformou-se num programa de desenvolvimento em que o grupo alvo eram as organizações de pequenos agricultores tendo como principal linha de acção a formação e desenvolvimento organizacional.

Em 1989 o projecto foi submetido a uma avaliação externa, depois foi redefinido o grupo alvo; o programa passou a estar aberto para todas as iniciativas de auto-ajuda em geral dando particular prioridade a abrangência de grupos socialmente em desvantagem como as mulheres.

O programa foi alargado, em 1994, para o distrito de Matutine numa área de 2450 quilómetros quadrados e uma população estimada em 15000 habitantes e com recursos naturais diversificados (Helvetas, 1998). O programa apoia iniciativas de auto-ajuda e capacitação da população tendo as principais linhas de acção:

- 1. Apoio institucional as organizações contra partes (direitos civís, registo legal das organizações, formação etc.).*
- 2. Garantias de meios de produção e actividades geradoras de rendimento (legalização de títulos de terras, concessão de créditos, repovoamento pecuário.*
- 3. Cooperação com a formação de aliados institucionais (pessoal de administração distrital, rede de extensão rural, etc.).*
- 4. Construção de infra-estruturas sociais (escolas primárias, habitação, sistemas de abastecimento de água, etc) (Helvetas, 1998).*

#### **4.2. Descrição do projecto**

Este projecto é implementado pela Helvetas com a duração prevista de 5 anos e financiado pelo International Development Research Center, começou em 1998 tendo ainda decorrido a primeira fase (fase de capacitação). O organigrama do projecto é mostrado no anexo 1.

O projecto de capacitação das comunidades locais e gestão dos recursos naturais com base na

comunidade integra-se num outro projecto de área de conservação trans - fronteira financiado pelo Banco Mundial com objectivo de ajudar e salvaguardar os interesses das comunidades. A intervenção é feita actualmente no distrito de Matutuine usando a abordagem PRA.

Através do PRA, durante a intervenção do projecto no distrito pretende pesquisar os padrões de modo de vida, sistema de posse de terra, para além de fortalecer e desenvolver instituições comunitárias capazes de negociar com o sector privado e governo na defesa dos direitos das comunidades. Neste projecto HELVETAS tem o papel de facilitar a capacitação da comunidade local de forma que as populações possam falar das suas opiniões e direitos, é implementador do projecto.

DNFFB- corpo implementador do projecto ACTF e representante do governo de Moçambique.  
DDAP - Participa na coordenação de actividades do projecto e está envolvida nas actividades de campo.

#### 4.3 Objectivos do projecto

*O objectivo geral do projecto é contribuir para capacitação das comunidades locais do distrito de modo a poderem participar equitativamente no desenvolvimento do distrito e podendo assim serem evitados os conflitos entre as comunidades locais e o sector privado ( Helvetas, 1998). Constituem objectivos específicos do projecto os seguintes:*

- 1- Determinar e mapear as áreas e limites dentro do projecto usando a metodologias participativas.*
- 2- Estabelecer um processo de consulta e diálogo com as comunidades locais para informa-los da natureza e escopo de desenvolvimentos reais/ propostos que serão implementados nas suas áreas e informa-los dos seus direitos vis - à - vis o acesso a terra e recursos naturais no contexto da nova lei da terra.*
- 3- Realizar uma avaliação das necessidades institucionais para cada comunidade em conjunto com a comunidade e outras instituições locais.*
- 4- Com base nos resultados de (3) acima mencionados, estabelecer e/ou fortalecer as instituições comunitárias locais através de um processo de diálogo e reforço institucional.*
- 5- Assegurar que as comunidades locais sejam capazes de negociar os seus direitos e sejam*



*plenamente envolvidos nos processos de desenvolvimento através da capacitação e reforço institucional.*

*6- Identificar e desenvolver, com a comunidade, um escopo de empreendimentos comerciais baseados nos alicerces dos recursos naturais e oportunidades turísticas com o máximo de valor acrescentado para as comunidades.*

*7- Promover dispositivos institucionais e legais por meio dos quais se assegure às comunidades locais um certo acesso à terra e recursos naturais e os benefícios que daí advenham bem como assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios entre todos os membros da comunidade (Helvetas, 1998).*

#### 4.4 Actividades do projecto

A actividade básica do projecto é a capacitação. O PRA nas comunidades (18) ; divulgar a nova lei de terra, fortalecer estruturas locais; criar diálogo entre os diferentes actores; mapeamento e delimitação da terra; extensão; alfabetização de adultos; introdução dos conceitos de eco-turismo (vantagens e desvantagens); seminários sobre desenvolvimento e organização e, visitas a projectos semelhantes são também actividades do projecto, assistência agro- pecuária e parceria com SPFFB, Governo Distrital, Banco Mundial e, ONG's locais como: LDH e ANAMAT.

##### 4.4.1 PRA de Santa Maria

Como programa de actividades do projecto a primeira actividade foi a realização do PRA do estudo piloto num levantamento da situação sócio - político - económico no círculo de Santa Maria no posto administrativo de Machangulo .O diagnóstico foi realizado por estudantes da FAEF, dois topógrafos da DINAGECA (Direcção Nacional de Geografia e Cadastro) e um representante de Helvetas , no âmbito das actividades de Janeiro entre 9 e 22 de Janeiro de 1998. Os objectivos de estudo foram:

- Identificar e descrever diferentes formas e uso de terra.
- Determinar os limites da terra usada pela comunidade.
- Descrever a actual gestão dos recursos naturais pela comunidade.
- Descrever a organização das comunidades locais em relação a posse de terra, gestão dos recursos naturais, resolução de conflitos.

- Auscultar a percepção da população sobre os planos dos investidores.
- Identificar medidas que garantem que a população seja capaz de negociar

A metodologia consistiu no uso de diferentes métodos aplicados na abordagem PRA como: Entrevistas semi- estruturadas com informantes chaves e membros de agregados familiares. O grupo de estudantes subdividiu-se em três subgrupos fazendo entrevistas nas diferentes células do círculo de Santa- Maria.

As observações de culturas e solos; a esquematização no diagrama de venn da estrutura administrativa local feita pelos entrevistados; conversas informais, o brainstorming ( na segunda reunião com a população), o jogo de nó ( feito pelas crianças da zona ) que mostrava à comunidade que em caso de problemas só a própria comunidade era capaz de resolver; constituíram técnicas complementares do diagnóstico que teve como última fase a elaboração do relatório final pelos estudantes que depois foi apresentado, discutido e a redacção final foi entregue a organização interessada no estudo - Helvetas. Ao fim de cada dia de trabalho o grupo analisava os dados e discutia os pontos para o dia seguinte.

#### **Pontos fortes**

- O estudo criou uma base de informação sócio - económica , cultural para estudos posteriores.
- O Coordenador das Helvetas explicou claramente os objectivos do projecto e o papel de Helvetas no projecto

#### **Pontos fracos**

- O estudo criou nos membros da comunidade expectativa de resolução dos problemas da comunidade a curto prazo
- A explicação da lei de terra foi longa demais
- A comunidade tinha receio em facilitar informação

#### **4.4.2. SEMINÁRIO**

Realizou-se entre 29 e 30 de Julho de 1998 no distrito de Matutuine - Machangulo-Ndelane um seminário sobre o tema **DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO**, organizado pelas Helvetas.

O seminário para além das 4 comunidades representadas pelos delegados em que Ndelane teve 10 delegados, Ngomene 10 delegados, Mabuluco 6 delegados, e Santa-Maria 10 delegados; contou com a participação de 12 elementos representando:

- Associação Suíça para cooperação internacional- Helvetas ( 7 elementos).
- Liga dos Direitos Humanos - LDH- ( 1 elemento).
- Associação dos Amigos e Naturais de Matutuine- ANAMAT- ( 3 elementos).
- A parte governamental contou com a presença do director distrital de agricultura e pesca, e do chefe da secretaria do posto administrativo de Machangulo.
- Um estudante da FAEF como observador participante.

Os objectivos do seminário foram:

1. Recolher informações/ contribuições para o regulamento da lei de terra para as comunidades locais
2. Contribuir para o fortalecimento das instituições comunitárias
3. Promover as ONG's locais (LDH e ANAMAT)
4. Sensibilizar a população sobre a problemática da lei de terra bem como a sua divulgação.
5. Dar a conhecer às populações locais o conteúdo da resolução 239/96 do conselho de Ministros ( concessão a Blanchard).

Para a realização do seminário, Helvetas teve que sensibilizar as comunidades de modo a seleccionar os membros delegados. Foi necessário deslocar um dia antes o pessoal da logística ao local ( Ndelane ) que dista cerca de 75 km da sede distrital (Bela - vista)

Logo depois da chegada ao local do seminário a equipe convidou a comunidade a apresentar as actividades culturais depois da apresentação da lei de terra e, como forma de motivar e quebrar o "gelo" seguiu-se a noite de conversas informais entre a equipe e os membros delegados. Assim no dia seguinte realizou-se o seminário que baseou-se na apresentação, discussão dos subtemas (desenvolvimento, Organização) em grupos de trabalho. Os grupos apresentavam os resultados em plenária que depois eram discutidos em forma de debate chegando assim ao consenso comum.

Cada subtema era apresentado pelo moderador que em linhas gerais explicava os objectivos a serem tratados em cada tema depois da formação de 5 grupos de trabalho de género , os homens formaram 4 grupos representando as 4 comunidades e o 5º grupo formado pelas mulheres das 4 comunidades.

Discutiu-se o conceito desenvolvimento e cada grupo (homens, mulheres) apresentou os conceitos:

#### Homens

*" É ter a luz do sol hoje que não teve ontem"*

*" É ter as necessidades próximas , os serviços como escolas hospitais..."*

*" É a esperteza que Helvetas nos dá hoje sendo assim a chave de desenvolvimento"*

#### Mulheres

*" Desenvolvimento é o trabalho porque sem trabalho não pode haver desenvolvimento"*

*" É necessário trabalhar as nossas machambas para garantir o desenvolvimento pois aqui na nossa terra dependemos da machamba"*

Para os presentes , o desenvolvimento foi condicionado pelo trabalho nas machambas e necessidade de troca de experiências entre os membros da comunidade e, para isso seria necessário as vias de acesso. Ficou claro entre os participantes que desenvolvimento pressupõe ter terra e recursos sobre ela , trabalhar a terra e ter acesso aos serviços como educação e saúde.

Em relação a organização discutiu-se as formas de como as comunidades podem se organizar para conservação e gestão da terra e outros recursos .

Em plenária chegou - se ao consenso de que devia haver em cada comunidade um conselho de terras formado por 10 elementos eleitos entre os quais os chefes tradicionais, anciões e outros elementos activos nas comunidades. O conselho seria formado por 5 homens e 5 mulheres sendo um homem presidente e uma mulher vice.

|| O Coordenador do projecto teceu algumas ideias de como as comunidades podem trabalhar com diferentes investidores fazendo uso do poder comunitário de entre os quais:

1-Estabelecimento de contratos entre a comunidade e intervenientes externos.

2-Formação de associações fortes capazes de dialogar e defender os interesses da comunidade.

O Coordenador de Helvetas explicou ainda aos participantes que para a implementação das ideias acima as comunidades precisam de saber as leis vigentes no país , conhecer os direitos e deveres das associações , da comunidade, e investidores. A comunidade devia solicitar ao agente externo que pretenda implementar projectos no local os objectivos e programas. A comunidade, usando o poder

comunitário, devia exigir o seu envolvimento no projecto e estabelecer as relações de trabalho. Para tal, a comunidade devia se organizar.

#### **Pontos fortes**

- Os participantes foram mais abertos na exposição e discussão dos seus problemas comparando com o PRA ( estudo piloto ) de Santa Maria.
- O seminário foi oportuno dado que tratou aspectos relevantes a actualidade da zona p.e. formas de resolução de conflitos existentes/ possíveis como resultado de desenvolvimento usando soluções locais.
- Esta reunião serviu de ponte para promoção das ONG's locais como LDH e ANAMAT.

#### **Pontos fracos**

- As mulheres foram pouco participativas no sentido de discutir e apresentar soluções possíveis.
- As mulheres representavam 1/3 dos participantes.

## 5. OPINIÃO DA POPULAÇÃO

Os resultados sobre a opinião dos beneficiários em relação as actividades do projecto são apresentados em forma de citações tidas dos entrevistados, em itálico, seguido de interpretação para cada situação a seguir apresentadas.

### Conhecimento dos objectivos do projecto pela comunidade

*" quando chegaram informaram-nos claramente quais são os objectivos, recordo-me que um deles é trazer a esperteza, despertar-nos em relação ao uso de terra" disse uma camponesa*

*"Helvetas veio para nos ensinar , dar esperteza, explicar que não devemos aceitar ser tirados das nossas terras de qualquer maneira "*palavras do sr Chivambo , um dos membros activos da comunidade

*"Disse-nos vou trabalhar com a comunidade de Machangulo no sentido de ajudar quando ela trabalha" srª de Nhonguane*

*"Não conheço nenhuma organização, só oiço a dizer que chegou este e aquele" uma camponesa*

A maior parte dos membros da comunidade estão informados sobre a lei de terra, transmitida pela Helvetas, conhece os objectivos de Helvetas, entretanto pessoas residentes distantes dos círculos e da sede do posto têm pouca informação sobre o projecto.

### Influência das intervenções anteriores na actuação do projecto

*"estes que vêm aqui prometem mas nunca cumprem e nós estamos cansados"*

*" aqueles que prometem mas não fazem nada, fazem-nos perder força de acção em relação a Helvetas"*

*" ...Estamos moralmente quebrados mesmo agora temos pouca confiança de Helvetas"*

*"Aquele americano prometeu... prometeu mas... até agora nada"*

*"é difícil saber quem está a fazer o quê" palavras do induna*

Os membros da comunidade, autoridade tradicional desconfiam nas actuação de Helvetas que

resulta da falta de coordenação entre os intervenientes na zona e do cansaço das promessas feitas por agentes externos.

O BME ( Blanchard Mozambique Entreprises) segundo os entrevistados foi quem fez muitas promessas mas nenhuma cumpriu.

Dos entrevistados os anciãos, viúvas revelam-se desesperançados e sem confiança no trabalho de Helvetas, devido a falta de atenção que o governo e as ONG's têm para com estes grupos sociais, associado as promessas feitas por intervenientes anteriores na comunidade.

#### Acções concretas desenvolvidas

*"Helvetas fez a divulgação da lei de terras, a demarcação dos limites das células de Santa Maria, tentou mostrar-nos que a primeira coisa que devemos fazer é unirmos esforços para conseguirmos tirar benefício dessa união e fazermos algo pela comunidade"*

*" Helvetas ajudou em chapas para cobertura da escola em Ngomene"*

*" Helvetas ajuda em política de ensinar pela boca"*

*"Realizou uma viagem de estudo á Africa do Sul com membros da comunidade"*

*"Realizou seminário em Ndelane."*

Os entrevistados revelam ter conhecimento de todas actividades desenvolvidas pelo projecto e sempre fazem menção a consciencialização como acção de grande relevo na comunidade para mudança de comportamento actual, é exemplo da falta de iniciativa, e da unidade na comunidade.

#### Unidade

*" Ainda há falta de união na comunidade"*

*"Helvetas deve continuar a ensinar e incentivar a unidade no seio da comunidade assim sentir-nos-emos capazes de continuar sozinhos"*

*" Vejo que se estivéssemos unidos faríamos algo como os de Ngomene que construíram escola e Helvetas ajudou em chapas de zinco"*

A comunidade reconhece que a falta de unidade é o ponto central para a resolução dos seus próprios problemas . Os entrevistados sentem a necessidade de Helvetas continuar a incentivar a capacitação. O facto de a comunidade reconhecer este problema é um indicador do empowerment ganho pela própria comunidade.

Os entrevistados não têm solução para o problema da falta de unidade apesar de reconhecer este como problema central, cada um lamenta simplesmente.

#### Objectivos do projecto versus problemas de falta de emprego

*"Aqui quase nenhuma pessoa trabalha por isso não há dinheiro para comprar estes produtos"*  
dona de uma das barracas

*"A verdade é que deve haver emprego porque só falar, falar não basta"* diz um jovem pescador  
*"aparecer aqui dar-te arroz comer hoje e amanhã, quando acabar vai precisar de um outro saco ele deve dar outro mas esta pessoa não vai dar todos os dias"*

A comunidade reconhece que a capacitação e consciencialização são elementos chaves para mudanças das condições de vida de forma sustentável contudo identifica a falta de emprego como um problema prioritário.

Os entrevistados estão interessados no projecto contudo, revelam-se cansados de promessas feitas por agentes externos, p.e. a promessa de um agente de medicina feita pelo BME. Os entrevistados conhecem os objectivos do projecto, o papel de Helvetas no projecto entretanto clamam a resolução do problema de emprego pela introdução de barcos a motor e ou de meios de conservação de pescado tendo em conta o número elevado de pescadores existentes em Machangulo.

#### Opinião da comunidade sobre capacitação e organização social

*"Helvetas trabalha com todos, não é como Intermon que exige garantias só para pessoas que têm"*  
disse o sr Chivambo

*"... Helvetas mostra , ensina embora lento se o seguissemos poderíamos salvar"* sr Massinga.

*"Ainda há falta de união na comunidade"*



A comunidade quer ser capacitada mas não está organizada. A maior parte dos entrevistados reconhece que a falta de organização é constrangimento nas acções do projecto influenciando na velocidade de alteração das condições de vida nas comunidades de Machangulo

#### Beneficiários do projecto

Helvetas abrange a todos, pescadores, camponeses, líderes tradicionais e filhos da comunidade trabalhando na África do Sul devido a falta de emprego na zona.

#### Avaliação do projecto pela comunidade

*"Helvetas é como uma mãe com muitos filhos mas que tem cuidado de os tratar"*

*"Helvetas ainda não actuou seriamente acho eu, pois ainda não desenvolveu muitas acções visíveis "*

*"O projecto de Helvetas é bom, a gente admira só que um dia quando não conseguir alcançar os objectivos pode desaparecer sem informar a comunidade".*

Os membros da comunidade interpretam o projecto como sendo de todos devido a acessibilidade deste comparando com outros como a Intermon que exige garantias. Helvetas colabora e trabalha com todos sem discriminação social, política, religiosa, e económica.

Entrevistados comparam o projecto de Helvetas com uma mãe que tem muitos filhos, e com paciência de aturá-los, mesmo gatinhando está preocupado com o seu interesse, promove a vontade e ajuda a levantar reconhecendo o papel e os resultados que poderão advir, embora lento, o processo de desenvolvimento do projecto. Contudo, a comunidade ainda tem desconfiança pelo facto de o projecto poder desaparecer a qualquer momento devido as experiências negativas com o BME.

#### Métodos de trabalho do projecto

*" Helvetas quando começou parecia que ia dar uma grande ajuda, mas agora não estou a ver bem as suas actividades" diz uma camponesa*

*" Helvetas mesmo que tenha força para nos ajudar pode cansar-se pois não estamos unidos" diz o*

secretário da célula de Nhoguane

*"... devia ensinar fazendo algo que possa ajudar em emprego..."*

Helvetas na comunidade é vista de duas frentes. Uma que defende e acredita nas actividades do projecto sendo necessário a união como base (maior parte dos entrevistados) e, outra que está pouco informada do projecto e espera a solução do mesmo; isto pode ser devido á falta de informação sobre o projecto ou devido a ideia que a comunidade ainda tem da ajuda de emergência.

#### Relação poder tradicional e poder oficial

*"A tradição de que se fala já não é seguido ficou somente o nome"*

*"... os meus chefes são os secretários" diz o induna*

O poder dominante em Machangulo é o oficial. Dos entrevistados, alguns "líderes tradicionais" são apenas representantes dos líderes outrora existentes (p. e. induna de Nhonguane) não desempenhando muita das vezes o seu papel na comunidade isso porque, segundo este "líder" de Nhonguane, a comunidade ainda não lhe "nomeiou" e também o estado não "autoriza" estes chefes a desempenhar o seu papel. O Estado devia coordenar e colaborar com chefes tradicionais, responsabilizar e "autorizar" a autoridade tradicional para desempenhar o seu papel como exemplo de cerimónias de pedido de chuva.

#### Relação comunidade - privados - projecto

*"Aquele de quem posso dizer que não se entende com a população é o Carlos Penduca [o privado Carlos Fernandes]. Ele é antigo, quando refugiamos à Inhaca ele já existia mas, não se entende com a população. Ele não colabora, não ajuda em nada a comunidade"*

*"Helvetas também quando chegou não falou com eles, talvez podia-nos ajudar"*

As relações entre a comunidade e os privados em Machangulo são fracas, não há colaboração e não existe uma interligação entre os intervenientes. Os entrevistados esperavam a alteração das relações

com a chegada de Helvetas.

#### Follow- up depois de seminário

*"Depois do Seminário não foi feito nada, não houve reunião com a comunidade para explicar a comunidade o que foi feito"*

*"A comunidade não tem culpa, não está informada do que está acontecendo"*

*"Nós os representantes temos culpa porque por exemplo do seminário realizado em Ndelane nenhuma divulgação foi feita a respeito"* palavras dos secretários dos círculos que participaram nos seminários.

Na comunidade, segundo entrevistados, não há plano de seguimento, os delegados representantes nas reuniões, seminários não difundem os resultados encontrados.

#### Esperança das comunidades

*"O que posso dizer é que aqui nós estamos perdidos, posso comparar com um pai com muitos filhos uns ficam sem nada para vestir outros sem comida, muita das vezes os filhos não gozam dos seus direitos".* Uma velha camponesa.

*"Nós estamos a viver porque ..., veja que por exemplo a esta minha idade (velha) sem alguém para assistir devia ter pensão ou qualquer subsídio como fazem em Inhaca mas aqui nada, estou neste momento inapto , portanto Machangulo está esquecido".* diz uma viúva.

*"o grande problema aqui nas nossas machambas é porque trabalhamos manualmente"* diz uma camponesa.

Dos entrevistados as viúvas, velhas manifestaram pouca esperança da melhoria das condições de vida, o que pode afectar nas acções do projecto.

#### **5.1 Resumo das opiniões**

As comunidades de Machangulo estão informadas dos objectivos do projecto havendo diferenciação do nível de informação entre a população residente perto da sede do posto administrativo e a do interior

( distante da sede). A maior parte da informação sobre planos de acção das actividades é confinada nos membros influentes na zona ( chefes e outros) que na maior parte foram os delegados aos seminários de Ndelane.

Os membros da comunidade têm depositado confiança no projecto contudo algumas reservas persistem devido, a fraca coordenação entre os intervenientes na zona; e do cansaço das promessas feitas pelo BME. Do mesmo modo os grupos sociais mais desfavorecidos ( anciãos, viúvas) revelam-se desesperados não só pelas causas acima citadas como também devido a falta de atenção por parte do governo e ONG's para com este grupos sociais.

As comunidades reconhecem que o problema da unidade é prioritário para resolução dos demais problemas, solicitando ao projecto a continuação da capacitação até ao nível de resolução deste problema contudo, a comunidade clama alguns benefícios materiais como;

Introdução de barcos a motor para garantir a comunicação rápida com Maputo, Ilha de Inhaca e Belavista; introdução da mecanização agrícola como forma de ajudar a mulher uma vez que ela é a que mais desempenha esta actividade.

O projecto é interpretado na comunidade de duas formas. A primeira como projecto que promove a união, capacita e dá conhecimento com fins de auto - gestão da comunidade ( maior parte dos entrevistados); a segunda que vê o projecto como um grupo de prometedores mas que nada fazem, esta posição reflecte a falta de informação sobre os objectivos e programas do projecto e o hábito da política de emergência. Deste modo o envolvimento da comunidade nas acções do projecto é afectado por várias razões:

- A falta de informação por parte dos membros da comunidade sobre planos , programas e objectivos do projecto.
- Falta de experiência da população em desenvolvimento participativo.
- As relações de poder entre o projecto e a comunidade que no caso de monitoria e avaliação a comunidade tem pouca possibilidade de participar se não delegados da comunidade.
- Falta de coordenação entre os poderes tradicional e oficial no aspecto de responsabilização de tarefas para cada poder.

A comunidade não se envolve activamente nas acções do projecto devido a falta de informação.

Segundo entrevistados, a falta de informação; o egoísmo dos delegados que não difundem informação, na sua maioria dos entrevistados representantes tradicionais e do governo; a falta de coordenação entre os dois poderes ( tradicional e oficial), a falta de conhecimento de programas, a falta de experiência da comunidade em desenvolvimento participativo.

## 6. DISCUSSÃO

### 6.1 Tipo de participação

Em relação as actividades desenvolvidas pelo projecto constata-se separadamente que:

Durante o PRA os beneficiários foram consultados pela equipa de pesquisa a respeito dos problemas como a falta de informação, falta de hospitais, escolas, meios de conservação de pescado, vias de acesso existentes na zona.

A equipa de pesquisa elaborou o relatório depois da apresentação dos resultados e confirmação pela comunidade. Na classificação de Biggs, dos modos de participação, esta actividade enquadra-se nos tipos consultivo e colaborativo. No modelo teórico de Pretty a actividade é do tipo consultivo.

Quando se introduziu o projecto no distrito, devido a estratégia de intervenção como a divulgação da lei de terras, a explicação clara dos objectivos do projecto que foi diferente dos outros como o BME em que fez promessas, criou expectativa na comunidade de uma resolução dos seus problemas.

No seminário de Ndelane constatou-se que o “ poder comunitário” era maior comparado com o PRA, o projecto já tinha ganho confiança , a abertura e liberdade de expressão dos membros delegados ao seminário foi maior. Assim, esta actividade foi mais interactiva.

Em Machangulo onde as comunidades não têm experiência de desenvolvimento participativo associado as dificuldades de acesso a zona e o tempo que o projecto tem a desenvolver as actividades que é ainda pouco, uma participação interactiva revela a capacidade que Helvetas tem

na intervenção participativa.

Outras actividades como: Demarcação de terras, serviços de extensão e, viagens de estudo, o projecto sempre toma consideração á expressão da comunidade quando da implementação.

O projecto ajuda o beneficiário tendo em conta as condições concretas ( políticas, sociais e económicas) ,foi o caso da construção da escola de Ngomene em que o projecto fez sensibilização da comunidade para a construção das “paredes” usando material local e como incentivo a comunidade foi oferecida chapas de zinco para cobertura.

## 6.2 Monitoria e avaliação

Segundo documento do projecto os indicadores de monitoria e avaliação são:

- Direito de utilização dos recursos naturais.
- Capacidade de criar grupos organizados capazes de representar e defender os interesses da comunidade
- Capacidade de tomar decisões .
- Imagem positiva de auto- confiança.
- Ter fontes de rendimentos diversificados com base nos recursos naturais.

Os instrumentos para assegurar o processo são os relatórios semestrais, anuais e workshops. Neste aspecto a comunidade no geral tem pouca oportunidade de corrigir e dar soluções alternativas num dado intervalo de tempo do decorrer do projecto pois não toma a consciência de dona do projecto, Participa pouco nas correcções no decorrer do processo o que pode afectar até certo ponto na velocidade de envolvimento da comunidade.

Na monitoria e avaliação existe certa dependência da comunidade quanto a possíveis correcções ao longo do decorrer do projecto. É um tipo de relação fraca entre o projecto e a comunidade em que Nelson and Wright descrevem esta relação - poder- como aspecto a ter em conta no processo de empoderamento (*From extracting to empowerment*).

Os indicadores de monitoria e avaliação são todos qualitativos , estes não são concretos assim, seria deficitil avaliar o projecto usando estes indicadores.

### 6.3 Influência de intervenções anteriores nas acções do projecto

De facto a participação é dum lado garantida pela convergência de objectivos da comunidade e do projecto. Na realidade o projecto tem objectivos que correspondem com os interesses da comunidade contudo, devido as expectativas, de resolução de problemas, criadas por intervenientes anteriores, a comunidade solicita soluções imediatas como é o caso de compra de barcos a motor para garantir o emprego ( dizem membros entrevistados ). Apesar de começar a reconhecer a importância da actividade desenvolvida pelo projecto as comunidades estão "cansadas" de promessa dos intervenientes anteriores

## 7. CONCLUSÕES:

- O projecto tem aceitação na comunidade; é conhecido pela maioria dos entrevistados.
- A tendência das comunidades de Machangulo de se tornarem auto-gestoras das acções do projecto é ainda fraca.
- Este projecto enquadra-se na participação dos tipos colaborativo, consultivo e como meio, contudo, o enquadramento não é rígido p.e. a demarcação de terras e o seminário apresentam aspectos dos dois tipos (colaborativo e consultivo) em simultânea.
- A divulgação da lei de terra foi actividade efectiva, dos entrevistados todos têm informação da lei.
- A participação nas acções do projecto (maior parte) é representada por grupos influentes nas comunidades, é o caso de representantes políticos, tradicionais ou simplesmente pessoas activas na comunidade.
- As comunidades ainda não atingiram o nível de empowerment desejado (nesta fase de capacitação), contudo mostram mudanças positivas do comportamento p.e a identificação pelas próprias comunidades da organização como ponto débil.
- A área de actuação do projecto é extensa, há oscilação do número de habitantes ao longo do ano devido a migração para RAS e há dificuldades de comunicação; estes factores afectam a eficácia do projecto.
- A avaliação do projecto quanto ao alcance dos objectivos preconizados pode ser limitada por ter apenas indicadores qualitativos.



## RECOMENDAÇÕES

1. Tendo em conta os objectivos do projecto, o acesso às comunidades, e o nível de problemas que as comunidades têm, a Helvetas devia actuar em áreas pequenas (reduzir o número de comunidades) para aumentar a eficiência e eficácia pois prestaria atenção á poucas comunidades.
2. Helvetas, dentro das possibilidades, devia transmitir às diferentes ONG's, principalmente nas actividades como delimitação das terras comunitárias, experiências das comunidades servindo estas como base para ajustamento dos métodos participativos à realidade Moçambicana que garantem o empowerment e desenvolvimento sustentável.
3. Como a comunidade ainda não está bem envolvida nas acções do projecto, o projecto devia monitorar as actividades em campo intensivamente, podendo ser feita através da criação na comunidade de comités de monitoria e avaliação, capacitando a comunidade até ao nível de participação interactiva daí, começar a "livrar-se" paulatinamente tornando assim as comunidades auto - gestoras.
4. O projecto devia incentivar ainda mais a consciencialização à organização da comunidade através da realização de actividades secundárias "actividades de ponte", uma vez identificada a falta de organização como ponto débil.
5. A Helvetas devia definir indicadores quantitativos para reforçar os qualitativos no controlo das actividades e na comparação dos resultados e objectivos do projecto.

## BIBLIOGRAFIA

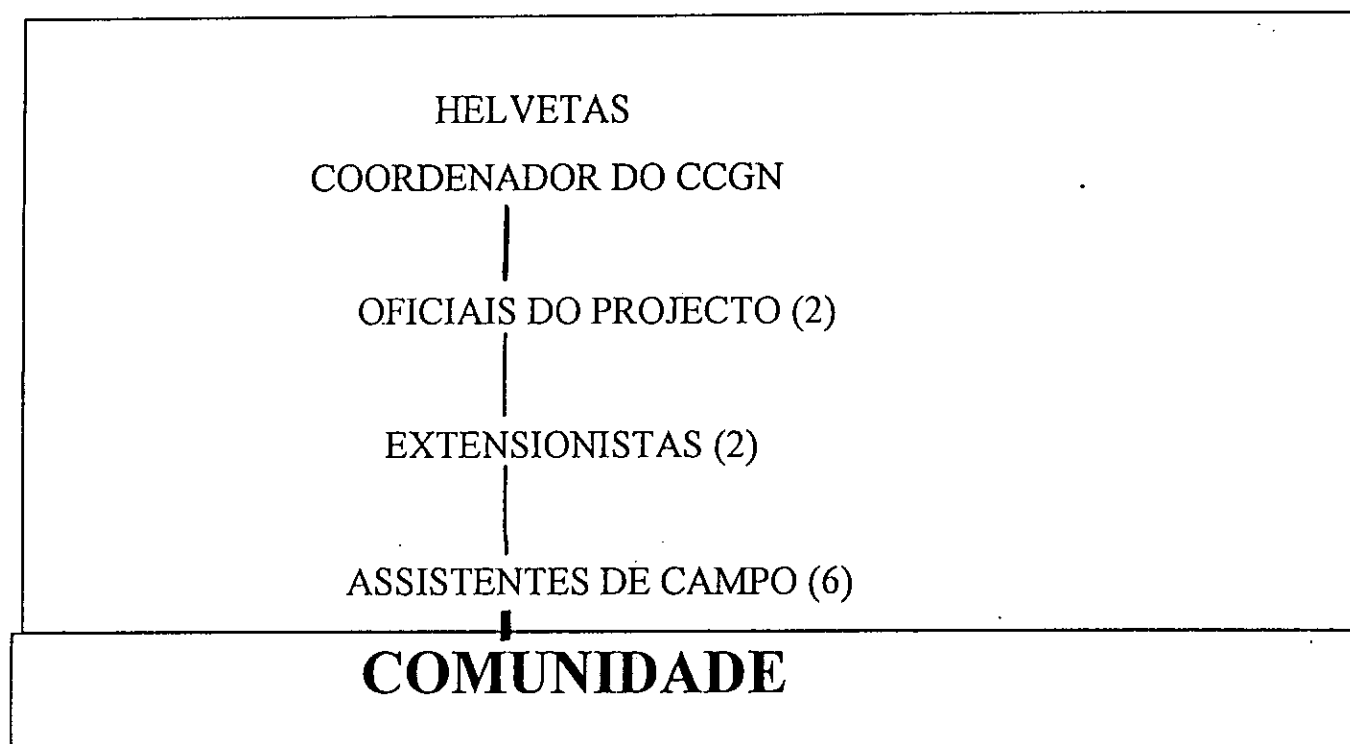
- Biggs, D. (1989) *Resource Poor Farmer Participation in Research, A Synthesis of experience from nine national agricultural research systems*, Isnar, the Hague.
- Chambers, R. (1992) *Participatory Rural Appraisal: rapid, relaxed and participatory*, IDS discussion paper 311, Institute of Development Studies, Sussex.
- Chambers, R., (1995), *Desenvolvimento Rural, Fazer dos últimos primeiros*, ADRA, Luanda-Angola
- Guijt, I. and Cornwall, A. (1995) Critical Reflections of the practice of PRA in *PLA Notes, Notes of participatory Learning And Action (Formerly RRA notes)* nº 24, Critical reflections from practice, Sustainable agricultural programme, London.
- Helvetas Moçambique, (1998), *Projecto de gestão comunitária de recursos naturais nas áreas de conservação transfronteiras*, Maputo, Moçambique.
- Helvetas e FAEF (1998) *Titsomba ta Santa Maria*, Helvetas, Maputo, Moçambique.
- Kloeck-Jenson, Scott; (1997), *Análise de debate Parlamentar e da nova lei nacional de terras*, NET - UEM, Maputo, Moçambique.
- Nhantumbo, I. e Pijnenburg, B. (1998) *Experiências com intervenções participativas em Moçambique*. FAEF, UEM, Maputo, Moçambique.
- Nelson, N & Wright, S. ( eds ) ( 1995). *Power and Participatory Development, Theory and Practice*. IT Publications, London.

Pretty J. I. Guijt, I.Scoones & J. Thompson, (1994), *A Trainer's Guide for Participatory Learning & Action*. IIED Participatory Methodology series, Sustainable agriculture programme IIED, London.

## ANEXOS

Anexo I

Organigrama do projecto



Questões de estudo

- 1- Que tipo de participação é usado pôr helvetas na sua intervenção em Machangulo?  
(ESIC/DS)
- 2- Como e quem faz monitoria e avaliação no projecto? (ESIC)
- 3- Quem definiu os objectivos do projecto? (ESMAF/M/H/V/J/IC do projecto e autoridades locais)
- 4- Qual é o papel dos diferentes actores do projecto? (ESIC/DS)
- 5- Quais são os diferentes significados dados pelos diferentes actores ao projecto?  
(ESDAP)
- 6- Quais são as experiências da população local com intervenções de desenvolvimento anteriores? (ES com a população/observações em reuniões participativas)
- 7- Qual é o organograma do projecto? (DS/ES com informantes chaves do projecto)
- 8- Quais são os objectivos do projecto? (ES/DS)
- 9- Será que o projecto muda as estratégias de intervenção com o tempo? como? porquê? quais são as actuais? (ESDAP/DS)

## Anexo 3

### Guião de entrevistas para membros da comunidade

- Objectivos do projecto? Quais?
- Qual é a crítica que a comunidade faz sobre o projecto?
- Nós de estrangulamento entre comunidade - projecto. Quais ? Porquê?
- Qual a hierarquia para tomada de decisão na comunidade sobre o projecto?
- Monitoria e avaliação . quem faz? Será que a comunidade participa?
- Quais foram as actividades concretas desenvolvidas pelo projecto?
- Qual é/ou deve ser a contribuição da comunidade para melhorar a acção do projecto?
- Até que nível se sentiria a comunidade com poder moral e material, para garantir a continuidade das acções sem o sustento do projecto?
- Há envolvimento da comunidade nas acções do projecto? Porquê?
- Qual o impacto das intervenções anteriores sobre o projecto?
- Quais os intervenientes directos /indirectos no projecto?
- Limites e infra - estruturas existentes?

## Anexo 4

### Guião de entrevistas para informante chave do projecto

- . Objectivos do projecto
- . Organigrama do projecto
- . Estratégias de intervenção com o tempo? Quais?
- . Actores do projecto
- . Como definiu o grupo alvo? Porquê estes grupos de interesse?
- . Quem toma decisão a diferentes fases e níveis do projecto?
- . existe pontos de estrangulamento comunidade - projecto? Quais?
- . Expectativas da comunidade foram alcançadas? Quais são os indicadores?
- . Os beneficiários são envolvidos na monitoria e avaliação
- . Qual o resumo que faz do projecto.



## Anexo 5

### Abreviaturas

RRA - Rapid Rural Appraisal

PRA - Participatory Rural Appraisal

ESIC - entrevistas semi - estruturadas com informantes chaves

ES - entrevistas semi - estruturadas

DS - dados secundários

ESDAP - entrevistas semi - estruturadas com diferentes actores do projecto

ESMAF - entrevistas semi- estruturadas com  
membro de agregados familiares

IC - informantes chaves

CCR- comité de coordenação regional

BME- Blanchard Mozambique Entreprises

LDH- Liga dos Direitos Humanos

DNFF- Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

SPFFB- Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia

DDAP- Direcção Distrital de Agricultura e Pesca



# DISTRITO DE MATUTUINE



■ Área de estudo

